

Oportunidade Única

Uma das poucas vantagens desta primeira crise globalizada dos mercados financeiros internacionais que fragilizou o Brasil foi ter aberto rapidamente a percepção nas classes dirigentes do país para a urgente necessidade de medidas corretivas no campo fiscal. Muitas das 51 medidas sugeridas para reforçar o Plano Real nas contas internas e externas, cujos déficits ficaram altamente perigosos diante da retração do crédito internacional, poderiam ter sido adotadas há muito tempo. É oportunidade única de corrigir distorções.

Estão nesse caso o fim da isenção automática das contribuições para entidades educacionais, de assistência à saúde, de administração de planos de saúde e clubes esportivos. Outros cortes positivos foram a redução das deduções para vale transporte e vale alimentação e o cerco às importações triangulares de automóveis pelas montadoras, que recorriam a *trading companies* para ampliar o crédito-prêmio do IPI.

Embora a mistura de assuntos menores com questões estruturais profundas tenha levado os atingidos a superdimensionarem o impacto sobre seu pequeno mundo, a verdade é que as medidas pedem sacrifícios suportáveis. Não custa nada viajar menos para o exterior ou comprar menos importados nos próximos seis meses. Valerá a pena, se o país sair mais forte desta crise e ficar preparado para o século 21. A Secretaria da Receita Federal aproveitou parte dos 73 artigos do texto para consolidar e modernizar questões tributárias e fechar brechas que permitiam a sonegação fiscal. Algumas dessas brechas tinham mais de 40 anos.

O primeiro impacto vem do artigo primeiro da MP, que induz as empresas nacionais que

atuam no exterior a promoverem o ingresso dos lucros acumulados por filiais, sucursais e coligadas. Se as empresas fizerem o ingresso até dois anos após auferi-los, poderão se beneficiar do crédito sobre o imposto pago no exterior. A atualização da legislação tributária pela globalização significa o reconhecimento de que os negócios de bancos, empreiteiras e filiais de empresas brasileiras no exterior já têm impacto importante sobre as remessas de divisas. Faltava uma situação grave para alertar as resistências políticas.

Também ficou cristalina a face oculta dos incentivos fiscais: o corte pela metade inclui a Zona Franca de Manaus, os investimentos no Espírito Santo, projetos amparados pelo abatimento no imposto de renda dos investimentos no Norte e Nordeste, e as novas fábricas de automóveis na Bahia, Ceará, Goiás e Pernambuco. O corte de privilégios à Zona Franca de Manaus, contrabando fiscal inserido na Constituição de 88 pelo voto do relator, o senador Bernardo Cabral, foi o maior avanço. Os incentivos e isenções exageradas da ZFM impediam uma política industrial coerente no país, sobretudo para modernizar a produção dos setores mais dinâmicos da economia, como a informática, a eletroeletrônica e as telecomunicações.

A Receita reduziu de 88% para 50% a isenção do IPI para os produtos de Manaus. A isenção, além de excessiva, não fazia distinção entre os ciclos de produção. Qualquer indústria *maquiadora* (linha de montagem de componentes importados) tinha isenção, independente do ciclo de produção ser de um dia ou um mês. O privilégio tirava mercado e empregos da indústria do país e facilitava fraudes gigantescas.